

21.347.447/ 0001-01	SA PRODUÇÕES E SERVICOS LTDA - ME,	RUA ROMUALDO DE BRITO Nº 100, LOJA 03, CENTRO, -	LAURO DE FREITAS - BA	Daniela Sá de Andrade	033.194.895- 85	(71) 3123- 8484 / 99402- 0933
------------------------	---------------------------------------	--	--------------------------	--------------------------	--------------------	---

Protocolo 0032112302

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 266/ 2022/SUPEL_RO					
Origem:	Pregão Eletrônico nº 310/ 2022				
Data da Publicação no DOE:	15/ 09/2022	Data da Publicação da Homologação:	08/ 09/2022	Processo nº	0019.040030/ 2022- 73
Órgão Participante:	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA				
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL				

CLÁUSULA I - IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de manutenção predial com todos os insumos da tabela SINAPI que congregam as áreas de material básico, material de acabamento/pintura, material elétrico, material ferramenta e material hidráulico para atender a Polícia Civil do Estado de Rondônia na capital e interior do estado

CLÁUSULA III - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador - Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA V - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse

em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caputartigo 23B.

Conforme disposto no § 4º do Decreto 25.969/2021. a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual 18.340/2013.

Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços, conforme o disposto no §1º do artigo 15 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

CLÁUSULA VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o **ANEXOÚNICO** desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

CLÁUSULA VIII - DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	MAIOR DESCONTO OFERTADO	EMPRESA DETENTORA
------	-----------	---------------------	-------------------------------	----------------------

1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO para atender PORTO VELHO, ARIQUEMES, CACOAL, JARU, JI-PARANÁ, GUAJARÁ-MIRIM, ROLIM DE MOURA, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E VILHENA. ENTREGA EM TODAS AS REGIONAIS, com endereços indicados no item 20.2.2, do Termo de Referência	R\$ 1.098.807,47	5,00%	H R REPRESENTACAO COMERCIAL E COMERCIO DE PRODUTOS VARIADOS LTDA
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais ACABAMENTO/ PINTURA para atender PORTO VELHO, ARIQUEMES, CACOAL, JARU, JIPARANÁ, GUAJARÁ-MIRIM, ROLIM DE MOURA, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E VILHENA. ENTREGA EM TODAS REGIONAIS, com endereços indicados no item 20.2.2, do Termo de Referência	R\$ 559.203,36	15,00%	COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais ELÉTRICO para atender PORTO VELHO, ARIQUEMES, CACOAL, JARU, JIPARANÁ, GUAJARÁ-MIRIM, ROLIM DE MOURA, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E VILHENA. ENTREGA EM PORTO VELHO, endereço indicado no item 20.2.2, do Termo de Referência	R\$ 509.987,42	10,00%	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais FERRAMENTA para atender PORTO VELHO, ARIQUEMES, CACOAL, JARU, JIPARANÁ, GUAJARÁ-MIRIM, ROLIM DE MOURA, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E VILHENA. ENTREGA EM PORTO VELHO, endereço indicado no item 20.2.2, do Termo de Referência	R\$ 96.087,68	4,00%	DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUCAO E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais HIDRÁULICO para atender PORTO VELHO, ARIQUEMES, CACOAL, JARU, JIPARANÁ, GUAJARÁ-MIRIM, ROLIM DE MOURA, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E VILHENA. ENTREGA EM PORTO VELHO, endereço indicado no item 20.2.2, do Termo de Referência	R\$ 643.577,48	10,00%	FTE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI

RAFAELA RAMIRO PONTES

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

AMANDA TALITA DE SOUSA GALINAISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Diretora Executiva/SUPEL Superintendente Estadual de Compras e Licitações

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

EMP.	RAZÃO SOCIAL	EMP.	RAZÃO SOCIAL
1	H R REPRESENTACAO COMERCIAL E COMERCIO DE PRODUTOS VARIADOS LTDA CNPJ: 26.864.855/ 0001-54 AV. CORONEL JOÃO LEITE, N°99, SALA 1 Mogi Mirim - SP Fone (19) 3815-6140 HENRIQUE ROSAI FREITAS	2	COMERCIO DE TINTAS RIO MACHADO LTDA CNPJ: 11.055.272/ 0001-05 AV. BRASIL, nº 1172 - BAIRRO: NOVA BRASILIA Ji-Paraná -RO Fone : 69 3421-2186 ALDO BUFFÉ

CPF: 315.060.598-99

CPF: : 240.771.359-15

EMP.

RAZÃO SOCIAL

EMP.

RAZÃO SOCIAL

3 DIMAQUI DIST DE MAT DE CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTOS
AGRICOLAS LTDA4 FTE COMÉRCIO DE MATERIAIS
ELETRICOS – EIREL

CNPJ: 38.317.540/ 0001-76

CNPJ: 33.608.025/ 0001-21

AV das Mangueiras, 2156, Vista Alegre.

Av. Nações Unidas, 1214 - 1º Andar

Cacoal-RO Fone (69) 3441-1378 / 99391-9450

Porto Velho -RO Fone (69) 99286-6995

PABLO HENRIQUE DUTRA BARBOSA

FERNANDA T EMERICK

CPF: 015.084.712-23

RG.955617/ RO

Protocolo 0032090178

ATA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº269/ 2022/SUPEL_RO**

Origem:	Pregão Eletrônico nº 274/ 2022				
Data da Publicação no DOE:	15/ 09/2022	Data da Publicação da Homologação:	14/ 09/2022	Processo nº	0019.056447/ 2022-58
Órgão Participante:	Polícia Civil do Estado				
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL				

CLÁUSULA I - IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

Registro de Preço para futura e eventual aquisição e instalação de Material Permanente / Centrais de Ar Condicionado, com instalação parede com parede, visando atender as necessidades da Polícia Civil/PC/RO.

CLÁUSULA III - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA V - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses